

# ELITES LUSO-BRASILEIRAS: UM DIÁLOGO ENTRE AS ELITES PORTUGUESAS, BRASILEIRAS E CAPIXABAS NOS SÉC. XVI E XVII E A ELITE DE ITAPEMIRIM-ES NO SÉC. XIX

Laryssa da Silva Machado

(Mestrado em História – Universidade Federal do Espírito Santo)

## Resumo

A Coroa Portuguesa trouxe para o Brasil, e outras regiões do seu vasto império, sua estrutura administrativa. Isso fez com que surgisse, no vasto território brasileiro, uma elite administrativa, ligada a terra, inicialmente e ao comércio ultramarino. As Câmaras Municipais eram as instituições onde essas elites locais consolidavam seu poder, pedindo reconhecimento ao rei por suas feitorias em seu nome. Com a independência, as Câmaras tiveram uma alteração na sua estrutura, mas não em sua importância no poder local. Os membros da elite local viam nas Câmaras a maneira de demonstrar na sociedade local seu poder político e econômico. Na Vila de Itapemirim-ES, a Câmara fundada em 1815 serviu de palco para vários membros da elite, que em sua maioria, eram proprietários de terras e escravos, e se revezavam na administração da Vila. Muitos ocuparam cargos de destaque na Província, como o Barão de Itapemirim e o Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt. Assim, este artigo pretende fazer um diálogo entre as elites portuguesas, brasileiras e capixabas, nos séculos XVI e XVII, com a elite itapemerinense no século XIX.

**Palavras-Chaves:** Elites, Câmaras Municipais, Itapemirim, História do Espírito Santo, Escravidão.

## Introdução

As novas pesquisas que vem sendo realizadas em vários países, inclusive no Brasil, passaram a utilizar fontes antes descartadas, tais como livros tombo, livros paroquiais, inventários e testamentos *post-mortem*, listas de escravos<sup>1</sup>, além de documentos camarários, pedidos de mercês, regimentos internos, documentos judiciais, dentre outros. Essas novas fontes, revelaram os meandros da colônia,

---

<sup>1</sup> FILHO, FILHO, 2012, p.2

destacando “a capacidade das elites locais de desempenhar um papel ativo na conformação da autoridade e do governo na América Portuguesa<sup>2</sup>”.

Esses novos trabalhos tentam dar voz a esses personagens colocados como periféricos pela historiografia tradicional pelo simples fato de viverem na colônia<sup>3</sup>. Além das elites coloniais, que por muito tempo foram vistas como oprimidas pelo Império Português, os escravos ganharam voz, tendo suas histórias remontadas através dos novos estudos que vem sendo realizados, onde se percebe que as relações entre senhores e escravos eram mais flexíveis, tratando estes como agentes da história<sup>4</sup>.

Por muitos anos a escravidão foi analisada como base para respostas sobre a especificidade colonial brasileira em relação à Portugal, ou em relação as outras sociedades escravistas na América<sup>5</sup>. A partir da década de 1970, sendo consolidado na década seguinte, um novo olhar sobre a escravidão foi sendo desenvolvido através de novas pesquisas, com a utilização de fontes eclesiásticas e cartoriais, destacando a vida cotidiana dos homens e mulheres escravizados e suas relações sociais foram sendo descobertas e analisadas. Trabalhos inovadores romperam a o paradigma metrópole-colônia a respeito da governabilidade, das relações sociais e econômicas e do tráfico de escravos<sup>6</sup>. Além disso, a pesquisa de Florentino e Góes sobre família escrava no Rio de Janeiro<sup>7</sup> e o trabalho sobre o mesmo assunto em Campinas-SP de Slenes<sup>8</sup> são importantes quebras de paradigma no assunto.

As relações de dominação entre senhores e escravos e os privilégios das elites brasileiras permaneceram após a independência. Conforme demonstra Mattos, em “O Tempo Saquarema<sup>9</sup>”, as elites brasileiras transitaram da colônia para o império, mantendo suas tradições e vantagens, aprofundando as características coloniais que lhes davam vida. Senhores de engenho e barões do café, com a emancipação política brasileira, deixavam de serem colonos e se tornavam cidadãos<sup>10</sup>.

---

<sup>2</sup> GOUVÊA, 2010, p.162.

<sup>3</sup> BICALHO, 2005, p. 94.

<sup>4</sup> MATTOS, 2014.

<sup>5</sup> MATTOS, 2014.

<sup>6</sup> MATTOS, 2014.

<sup>7</sup> FLORENTINO, M., GÓES, J. R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

<sup>8</sup> SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. Campinas,SP: Editora da Unicamp, 2011.

<sup>9</sup> MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC: Brasília-DF: INL, 1987.

<sup>10</sup> MATTOS, 1987, p.86.

Este trabalho pretende realizar um diálogo entre as elites portuguesas e brasileiras no período colonial e imperial, destacando as elites capixabas e de Itapemirim-ES no século XIX, utilizando os registros de escravos para identificar as elites itapemirinas. Serão utilizados os registros eclesiásticos de batismo e óbito de escravos da Paróquia Nossa Senhora do Amparo entre os anos de 1860-1870, uma vez que estes registros apontam os nomes dos senhores que levaram seus escravos infantes para o batismo, bem como os que apadrinharam filhos de escravos, nos registros de batismo, além dos senhores dos escravos mortos, nos registros de óbitos.

### **As elites coloniais e imperiais e a importância das câmaras municipais**

As conquistas portuguesas fizeram surgir uma sociedade no ultramar, onde se constituiu uma elite que mantinha relações com a Coroa, bastante parecidas com as relações estabelecidas em Portugal. A colonização da América portuguesa vai trazer o colonizador, que eram todos aqueles elementos ligados a esfera administrativa, leigos, e eclesiásticos, comerciantes, negociantes de grosso trato e homens de negócios<sup>11</sup>. Mattos, analisando a moeda colonial, vai dizer que o monopólio produz o colonizador, que reproduz a política colonial, visando assegurar a transferência da renda para a Metrópole<sup>12</sup>.

Tendo um território vasto, a administração portuguesa dividia suas terras em setores, mantendo canais de comunicação com Portugal. Isso ocorria na administração fiscal, militar, judicial, eclesiástica, além das estruturas administrativas locais. Esses grupos mantinham vínculos e comunicação o tempo todo<sup>13</sup>. Como parte dessa administração local, as Câmaras foram instituições fundamentais na construção e manutenção do Império Português, sendo um dos pilares da sociedade portuguesa<sup>14</sup>. Servia de contraponto do processo de centralização monárquica, sendo desde Portugal uma contrapartida ao Absolutismo<sup>15</sup>. Essas câmaras faziam parte de concelhos, que eram unidades administrativas, podendo ser cidades, vilas, concelhos, coutos e honras<sup>16</sup>. As câmaras eram compostas por “um juiz-presidente – que podia ser tanto juiz ordinário, caso eleito localmente, quanto juiz de fora,

---

<sup>11</sup> BICALHO, 2005, p. 76.

<sup>12</sup> MATTOS, 1987.

<sup>13</sup> CUNHA; MONTEIRO, 2005.

<sup>14</sup> BICALHO, 2010.

<sup>15</sup> BICALHO, 2003.

<sup>16</sup> MONTEIRO, 1993, *apud* BICALHO, 2010.

nomeado pelo rei –, dois vereadores e um procurador. Estes oficiais eram eleitos e confirmados pela administração central da Coroa ou pelo senhor da terra.”<sup>17</sup>

Com uma diversidade sociocultural muito grande, as câmaras sofreram adaptações no aparato institucional. As oligarquias camarárias, conforme analisa Magalhães e Coelho<sup>18</sup>, era a gente nobre da governança, homens de capa e espada, sendo estes nobres e fidalgos urbanos. Segundo Bicalho “A eleição do corpo governativo da maioria das municipalidades coloniais, [...] respeitava, [...] o postulado vigente no reino de que os cargos concelhios deveriam ser preenchidos pela “nobreza da terra”<sup>19</sup>”.

O conceito de nobreza dentro de Portugal se alargou nesse período, sendo criado o conceito de “nobreza civil ou política”, como descreve Monteiro<sup>20</sup>. Esta nova nobreza conquistaram um grau de enobrecimento, devido suas ações valorosas ou cargos honrados que ocuparam, ganhando reconhecimento, havendo uma distinção entre a nobreza de sangue e fidalguia, que eram mais restritos e essa nova nobreza. Isso se deu porque, nas colônias, principalmente no Brasil, a composição das elites deu-se de forma diferente. Cunha e Monteiro afirmam que “no século XVIII, as elites terratenentes eram cada vez mais originárias da colônia”, [...] “a classe mercantil permanecia essencialmente europeia” (de nascimento)<sup>21</sup>. Essas mesmas elites [...]foram-se auto-intitulando a “nobreza da terra”<sup>22</sup>”.

Fragoso, analisando a primeira elite colonial do Rio de Janeiro, nos séculos XVI e XVII, vai demonstrar que, as primeiras famílias, dos primeiros colonizadores, foram às fundadoras da elite colonial carioca<sup>23</sup>. Essas famílias ligadas a terra pretendiam que somente eles e seus descendentes governassem as câmaras, conforme acontecia em Portugal, onde os “cidadãos” sentiam-se parte do grupo aristocrático, assumindo seus valores e conduta, consideravam degradante o manuseio do dinheiro e se sentiam honrados em fazerem parte do governo municipal<sup>24</sup>.

Uma prática comum na colônia, principalmente durante a após o governo do Marquês de Pombal, conforme demonstra Bicalho, era o pedido de mercês ao rei.

---

<sup>17</sup> BICALHO, 2010, p. 191-192.

<sup>18</sup> 1986, *apud*, BICALHO, 2003.

<sup>19</sup> BICALHO, 2003, p. 370

<sup>20</sup> 1993, *apud* BICALHO, 2010.

<sup>21</sup> SCHWARTZ, 2003, p. 228-230, *apud* CUNHA; MONTEIRO, 2005, p. 196.

<sup>22</sup> CUNHA; MONTEIRO, 2005, p. 196

<sup>23</sup> FRAGOSO, 2010.

<sup>24</sup> BICALHO, 2010.

“Não apenas as câmaras das cidades principais, mas também as das pequenas vilas costeiras pediam à Coroa mercês e privilégios em troca dos serviços prestados, seja na defesa da colônia contra [...] invasores estrangeiros, seja na guerra contra bárbaros e gentios<sup>25</sup>”. Esses pedidos partiam não apenas dos membros das câmaras, mas também dos comerciantes de grosso trato, que escreviam ao Rei pedindo o direito de se candidatarem as câmaras locais, onde muitos conseguiam e acabavam legislando em benefício próprio, criando leis que eliminavam ou limitavam a concorrência de seus negócios<sup>26</sup>. Essas relações também eram estabelecidas e fortalecidas através dos casamentos, onde as famílias dos primeiros colonizadores casavam suas filhas com filhos de outras famílias que chegaram para povoar o Rio de Janeiro no início da colonização, criando assim a elite local e nobreza da terra. Com o passar do tempo esses casamentos se estenderam, unindo famílias agricultoras a comerciantes e traficantes de escravos, aumentando assim o grupo da elite colonial em formação<sup>27</sup>.

A independência do Brasil não vai acabar com os privilégios dessa elite constituída ao longo da colonização, ao contrário, fortaleceu esse grupo. Holanda<sup>28</sup> denomina “dinastias canavieiras e cafeeiras do século XIX”. Estes eram, advogados ou magistrados, europeus ou brasileiros de primeira geração, que casavam com filhas da terra, ampliando os bens fundiários. Mattos<sup>29</sup> vai tratar do Império como uma recunhagem da moeda colonial, onde “a Coroa aparece, então, como propiciadora tanto da fusão de antigos colonizadores e colonos, como por meio da associação entre negócios e política, quanto da construção do ‘novo pacto colonial’, expressão da preeminência britânica”<sup>30</sup>. Esta restauração da colonização ocorre, especificamente, no governo de D. Pedro II, onde os interesses das elites e diferenças entre a população são garantidos pela Coroa.

Quanto as Câmaras, estas permaneceram após a independência em 1822. Moreno<sup>31</sup> destaca que a participação das Câmaras Municipais foi decisiva na independência, quando se mostraram favoráveis ao desligamento de Portugal, em 1822. Durante o Período Regencial, também tiveram papel importante, uma vez que

---

<sup>25</sup> BICALHO, 2003, p. 387

<sup>26</sup> BICALHO, 2005.

<sup>27</sup> FRAGOSO, 2010.

<sup>28</sup> 1964, *apud* MATTOS, 1987.

<sup>29</sup> MATTOS, 1987.

<sup>30</sup> MATTOS, 1987, p. 160.

<sup>31</sup> MORENO, 2016.

o Ministro da Justiça, Padre Diogo Feijó, em 1832 fez valer o Novo Código Penal, possibilitando que as Câmaras, através dos Juizes de Paz, estabelecessem prisões e penas de morte por enforcamento. Estas vão sofrer uma mudança em sua formação. “O Registro de Leis do Império de 1828 determinou mudanças na composição das Câmaras Municipais nas vilas que passaram a ter sete membros e as eleições realizadas a cada quatro anos, sempre no dia 07 de setembro<sup>32</sup>”.

### **O Espírito Santo e suas elites entre os séculos XVI e XIX**

O Espírito Santo, uma das quinze primeiras Capitânicas Hereditárias brasileiras, iniciou seu processo de colonização em 1535, quando o capitão donatário Vasco Fernandes Coutinho chegou ao litoral capixaba. Costa<sup>33</sup> vai ressaltar que “Vasco Fernandes Coutinho era um fidalgo da Casa Real, que integrava, simultaneamente ramos secundários de várias das mais proeminentes linhagens do Reino, todas elas assaz numerosas<sup>34</sup>”.

Costa destaca Coutinho como um agente e testemunha nas mudanças ocorridas no mundo decorrentes da globalização. Este foi um dos primeiros europeus a adquirirem o hábito de fumar, foi um dos capitães participantes da conquista e construção do Estado da Índia português, e vinha de linhagens importantes dentro da nobreza portuguesa, tendo vários parentes notáveis. “Por via dos seus quatro avós, Vasco Fernandes integrava-se em quatro linhagens assaz numerosas que se haviam destacado ao serviço dos reis de Aviz, quer no Reino, quer no Império: os Melos, os Coutinho, os Barretos e os Lima<sup>35</sup>”. Assim, Coutinho era um membro da elite portuguesa, além de um guerreiro que havia lutado em várias frentes em nome da Coroa, e que veio ao Brasil iniciar uma nova empreitada para Portugal<sup>36</sup>.

Junto com Coutinho vieram outros membros da elite portuguesa, alguns nomeados pelo rei antes mesmo da partida para o Brasil. Segundo Ribeiro, “1534, [...] o rei nomeou os dois primeiros funcionários da futura administração: para escrivão da Feitoria, Sebastião Lopes, citado como escudeiro; para escrivão do Almojarifado, nomeou Antônio Espera, citado como cavaleiro da Ordem de

---

<sup>32</sup> MORENO, 2016, p. 13

<sup>33</sup> COSTA, 2004.

<sup>34</sup> COSTA, 2004, p. 168

<sup>35</sup> COSTA, 2004, p. 175

<sup>36</sup> COSTA, 2004, p. 174-175

Santiago<sup>37</sup>". Outro nome importante que acompanhou Coutinho ao Espírito Santo foi Duarte de Lemos, fidalgo da casa real, que também havia participado de conflitos na Ásia. Em 1537, Coutinho lhe doa como sesmaria a Ilha de Santo Antônio. Este lutou contra os índios que habitavam no local e pretendia fundar vilas, uma destas sendo escolhida como núcleo urbano, centro administrativo, religioso e de operações portuárias e comerciais. A doação não se confirmou em Portugal, pois, segundo o Foral do Espírito Santo, a fundação de vilas e o recolhimento de tributos cabia apenas ao donatário. Coutinho ainda permitiu que Lemos construísse um engenho de açúcar no rio das Roças Velhas sem pagar mais foro nem outro tributo, porém este se desinteressou pelo negócio, tomando atitudes antagônicas a Coutinho, tornando-se, inclusive, desafeto deste<sup>38</sup>.

Uma de suas primeiras medidas tomadas no Espírito Santo por Coutinho foi à ordem para "a construção de um engenho e principiou a abrir uma situação e nela foi residir<sup>39</sup>". Aparentemente, nos primeiros anos de colonização o cultivo da cana foi bem sucedido. Segundo Freire, "em 1545, havia aqui seis engenhos, dos quais dois movidos a cavalo" (FREIRE, 2006, p.59). Pau-brasil e açúcar eram os principais produtos da região, mas fatores adversos, entre eles a constante ameaça indígena estagnaram a produção<sup>40</sup>.

Em 1550, com a criação da Vila de Vitória, capital da capitania, cria-se a Feitoria e o Almojarifado da vila, dinamizando a vida urbana e os negócios da capitania. O próprio governador-geral do Brasil, Thomé de Souza, em carta enviada ao rei em 1553, destaca a importância da capitania capixaba como a melhor e mais abastada capitania de toda a costa, mas as muitas ausências do donatário Coutinho, eram um problema. Coutinho, apesar de passar longos períodos longe do Espírito Santo, estabeleceu inúmeros conflitos com os índios, na tentativa de colonizar o território. Seu último confronto foi com os índios no vale do Cricaré, região da vila de São Mateus. Após essa guerra se ausentou definitivamente, renunciando da capitania em favor dos seus herdeiros<sup>41</sup>.

Em 1564, Vasco Fernandes Coutinho Filho assume a capitania. Em seu governo houve entradas para o sertão da capitania, além de colonos que vinham em

---

<sup>37</sup> RIBEIRO, 2012, p. 176

<sup>38</sup> RIBEIRO, 2012.

<sup>39</sup> DAEMON, 2010, p. 111.

<sup>40</sup> BITTENCOURT, 1989.

<sup>41</sup> RIBEIRO, 2012.

busca de terras e mão de obra para o cultivo de cana e organização de engenhos de açúcar e aguardente. Este morre em 1889, sendo sucedido por sua esposa, dona Luísa Grinalda, que ficou como capitã-governadora, uma vez que Coutinho Filho não deixara herdeiros. Francisco Aguiar Coutinho, parente mais próximo de Coutinho Filho, reclama o direito da sucessão e consegue em 1593, chegando em 1609<sup>42</sup>.

A mão-de-obra utilizada nos grandes engenhos era a escrava, como nas demais regiões açucareiras do Brasil. Segundo CAMPOS “a mão-de-obra escrava configurava um ativo bastante difundido na colônia brasileira, incluindo até mesmo centros de pequeno porte como a Capitania do Espírito Santo<sup>43</sup>”. Assim, o Espírito Santo recebeu muitos escravos oriundos da África, e outros vindos de outras regiões do Brasil, podendo ser encontrados africanos escravizados de diversas partes, e outros negros transferidos, principalmente da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e outras regiões do Nordeste<sup>44</sup>.

O século XVII vai inaugurar o período dos governadores ausentes na capitania do Espírito Santo<sup>45</sup>. Em 1674 a capitania é vendida ao baiano Francisco Gil de Araújo, e em 1687 assumida por seu filho e herdeiro, Manuel Garcia Pimentel. Com sua morte em 1711, sem deixar herdeiros, a capitania passa a ser posse da Coroa<sup>46</sup>. Segundo Dutra, durante o século XVIII, o Espírito Santo era ponto estratégico na política imperial de resguardar os caminhos para o ouro das Minas Gerais. Nos anos finais do século XVIII, porém, a capitania vai ganhar autonomia política, administrativa e militar, com a nomeação de autoridades pela coroa. Entre os anos finais do século XVIII e início do século XIX, vários governadores são nomeados<sup>47</sup>. Em 1822, o Brasil se torna independente de Portugal, e o governo presencial passa a ser exercido pelos presidentes da Província, nomeados pelo próprio imperador.

O século XIX traz ao Espírito Santo mudanças políticas, mas também mudanças econômicas. Ignacio Accioli de Vasconcellos, primeiro presidente provincial (1823), escreve em 1828 sua Memória Estatística da Província do Espírito Santo, onde descreve as condições miseráveis da província, apesar das inúmeras possibilidades de exploração de terras férteis, que ainda eram desocupadas. Anos

---

<sup>42</sup> RIBEIRO, 2012.

<sup>43</sup> CAMPOS, 2006, p. 577.

<sup>44</sup> MACIEL, 1994, p. 11

<sup>45</sup> RIBEIRO, 2012.

<sup>46</sup> OLIVEIRA, 2008.

<sup>47</sup> DAEMON, 2010.



antes, em 1811, quando o Espírito Santo ainda era Capitania, Francisco Manoel da Cunha, escrivão da Capitania, vai reclamar ao Conselheiro de Estado, Antônio de Araújo e Azevedo, o Conde da Barca, o fim da alfândega, levando ao encerramento da navegação direta entre a Capitania do Espírito Santo com a Europa e a África<sup>48</sup>.

Essa informação pode nos fazer acreditar que havia relações de comércio entre essas regiões e que, possivelmente muitos africanos vieram diretamente do continente para a Capitania do Espírito Santo nestes primeiros séculos de colonização para serem escravizados. Para isso, seria importante analisar os dados populacionais, mas os mesmos só são confiáveis a partir de 1790. Neste ano, o Espírito Santo contava com 22.493 habitantes, sendo estes 10.749 livres e 6.834 escravos. Em 1824 a população capixaba era formada por 22.165 livres e 13.188 escravos somando 35.353 habitantes; em 1856 havia 36.793 livres, 12.100 escravos, num total de 48.893 habitantes; e em 1872 os habitantes capixabas eram 59.478 livres e 22.659 escravos num de 82.137 habitantes<sup>49</sup>.

Percebe-se por estes números, que a produção capixaba, apesar da pequena reduzida, utilizava mão de obra escrava. Campos, analisando inventários *post-mortem* do Cartório de 1º Ofício de Vitória, encontrou os seguintes dados sobre a origem destes escravos da sede capixaba: entre os anos de 1790-1819 – 1266 crioulos (77,8%), 331 angolas (20,3%), 6 benguelas (0,4%), 5 congos (0,3%), 18 minas (1,1%), 1 ceulão (0,1%), total de 1627 escravos, além dos 252 escravos sem identificação. Já entre os anos de 1850-1871, período marcado pela promulgação da Lei Eusébio de Queirós<sup>50</sup> e da Lei Rio Branco (Ventre Livre)<sup>51</sup>, apresenta os seguintes dados: 880 crioulos (60,3%), 81 de nação (5,6%), 32 angolas (2,2%), 3 benguelas (0,2%), 8 congos (0,5%), 5 minas (0,3%), 6 moçambiques (0,4%), 2 caribocas (0,1%), 1 cabinda (0,1%), 01 canange (0,1%), 1 ceulão (0,1%), total de 1020 escravos, além dos 439 sem identificação<sup>52</sup>.

Assim, havia um grande número de escravos crioulos em Vitória, o que configura a reprodução endógena dessas escravarias. Entre 1790-1819 a

<sup>48</sup> CARVALHO, 2008.

<sup>49</sup> CAMPOS, 2011, apud Capitão-Mor Ignacio João Mongiardino (*apud* OLIVEIRA, José T. de. História do Estado do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Nota IV, p. 239); VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memoria statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978; RELATÓRIO do Presidente de Província – Barão de Itapemirim de 25 de maio de 1857; IBGE. Censo de 1872.

<sup>50</sup> Lei que proibia o tráfico internacional de escravos no Brasil, promulgada em 1850.

<sup>51</sup> Lei que considerava livre todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data. Promulgada em 1871.

<sup>52</sup> CAMPOS, 2011.

porcentagem de crioulos era de 79% enquanto apenas 21% eram africanos. Já entre 1850-1871 86% eram crioulos e apenas 14% eram africanos. Esse fato é explicado pela igualdade entre os sexos nas escravarias.

Um dos membros da elite capixaba de maior destaque, sendo um dos maiores proprietários de escravos do Espírito Santo foi Francisco Pinto Homem de Azevedo. Possuía uma fortuna de 27:963\$500 (vinte e sete contos, novecentos e sessenta e três mil, quinhentos réis), 146 escravos e as fazendas Maruípe e Jucutuquara. Francisco Pinto Homem de Azevedo ocupou o cargo de primeiro vice-presidente da Província. Outro fazendeiro importante foi o Capitão Ignácio Pereira Barcellos, com uma fortuna de 18:031\$718 (dezoito contos, trinta e um mil, setecentos e dezoito réis) e uma escravaria composta por 119 escravos<sup>53</sup>.

### **As elites de Itapemirim nos registros eclesiásticos**

A região de Itapemirim estava entre as primeiras sesmarias, doada por Vasco Fernandes Coutinho à Pedro da Silveira em 1539. Segundo Daemon “Neste ano estabeleceu-se Pedro da Silveira nas terras que lhe foram doadas, que julgamos ter sido no município de Itapemirim, no lugar denominado Caxanga, e onde por muito tempo se viam ruínas de antiga povoação<sup>54</sup>”. Aparentemente a mesma não foi bem sucedida, pois registros relacionados à ocupação da região do Rio Itapemirim só reaparecerão no início do século XVIII. Em 1674 o herdeiro da Capitania Capixaba, Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho vendeu ao coronel baiano Francisco Gil de Araújo estas terras, que por sua vez, iniciou uma busca por ouro, colonizando assim a região de Vila Velha à Benevente. Segundo Moreno,

Seus sucessores mantiveram essa iniciativa e o desbravamento continuou ocorrendo para o sul, até chegarem ao Rio Itapemirim em princípios do século XVIII – 1701 ou 1710, onde acabaram se fixando. Foram eles Domingos de Freitas Bueno Caxangá [...] e outros agregados que resolveram tentar a sorte nestas terras. Construíram aqui uma fazenda de açúcar batizada de Caxangá. Sendo plana a maior parte do terreno e ainda por cima coberto por mata, o que dificultava a defesa contra eventuais ataques dos índios, a sede da fazenda foi estrategicamente localizada no alto de um morro na margem sul do rio, denominado mais tarde de Fazendinha. (MORENO, 2016, p.19)

A colonização efetiva dessa região ocorrerá apenas em 1771, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo<sup>55</sup>, após ataque indígena. “Até por volta de 1700 nada havia de concreto no Itapemirim, porém, nos anos seguintes a

---

<sup>53</sup> CARVALHO, 2008.

<sup>54</sup> DAEMON, 2010, p.114

<sup>55</sup> Região no interior do Espírito Santo onde foi encontrado ouro.

região virá a crescer até se tornar a segunda maior arrecadação da província, e importante polo econômico e político.” (BRANDÃO *et al*, 1999, p. 1).

Em 1771, os puris atacaram as minas do Castelo, obrigando quantos ali trabalhavam a abandonar a região. A fim de assegurarem às mulheres e crianças retirada mais ou menos segura, homens monopolizaram a atenção dos atacantes em renhida resistência, destruindo – ao partirem – casas, canais e pontes, outrora construídos com enorme sacrifício. Vieram, os sobreviventes, instalar-se na barra do Rio Itapemirim” (OLIVEIRA, 2008, p. 222)

A partir de então, a região vai se desenvolver, através das lavouras de açúcar, inicialmente, e depois do café. Em 1808, segundo relatos da passagem do Desembargador Luís Tomás de Navarro, havia nas margens do Rio Itapemirim seis ou sete engenhos grandes de fabricar açúcar. Em 1828, eram seis sesmarias cultivadas e três confirmadas, duas lojas de fazendas secas e três de lojas de molhados<sup>56</sup>.

A povoação da região foi realizada pelos próprios capixabas, contando com a ajuda de mineiros e paulistas, que migraram para o Espírito Santo na primeira metade do século XIX em busca de melhores condições de vida<sup>57</sup>. Mas, muitas famílias migraram para a região em busca de terras férteis, trazendo seus escravos e maquinários para a região. Dentre estes que vieram para Itapemirim, pode-se destacar o capitão José Tavares de Brum, o Barão de Itapemirim, Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, além das famílias Quintaes, Bello, Pessanha, Moreira, Pinheiro e Póvoa<sup>58</sup>.

Oliveira destaca o exemplo do Barão de Itapemirim, “belo exemplar de bandeirante do século XIX. Não consta que os colonos tenham, em tempo algum, experimentado a ferocidade dos indígenas [...] As primeiras estradas já permitiam trânsito mais fácil entre os diferentes núcleos de população<sup>59</sup>”. Essa migração mineira e paulista trouxe consigo o cultivo do café, principal produto exportado no Brasil no século XIX. Além disso, houve um nítido crescimento populacional na região, criando as condições favoráveis para emancipação administrativa.

Através então do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada a categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho [...] Tomaram posse os Juizes Ordinários José da Costa Guimarães, como presidente e o Tenente

<sup>56</sup> OLIVEIRA, 2008.

<sup>57</sup> OLIVEIRA, 2008.

<sup>58</sup> MORENO, 2016.

<sup>59</sup> OLIVEIRA, 2008, p.355.

Luiz José Moreira [...] Assumiram também os vereadores Manoel Joaquim de Oliveira e Costa, José Antônio Pessanha, João Guimarães Vianna e José da Silva Quintaes, este Procurador da Casa. (MORENO, 2016, p. 33).

Criada em 1815, a Câmara de Itapemirim seria ocupada por sua elite agrária e escravocrata. Foram presidentes da Câmara em Itapemirim, ao longo do século XIX, os seguintes nomes: 1829-1830: Domingos J. Oliveira Barros; 1830-1832: Francisco de Paula Gomes Bittencourt; 1833-1836: Francisco José Alves da Silva; 1837-1840: João Ribeiro de Almeida; 1841-1844: Joaquim José de Souza; 1845-1848: José Barbosa de Lima; 1849-1852: José Barbosa de Lima<sup>60</sup>.

Um dos episódios marcantes relacionados às elites de Itapemirim e os conflitos existentes nesta sociedade está relacionada a visita do Imperador, D. Pedro II, que passou pela Vila de Itapemirim em 1860, chegando em 07 de fevereiro, com o objetivo de visitar a colônia de imigrantes de Santo Antônio do Rio Novo do Sul. Esta visita acirrou ainda mais a disputa entre dois grupos da elite itapemerinense: o Barão de Itapemirim, líder do Partido Liberal e os Gomens Bittencourt, liderados pelo Comendador João Nepomuceno, líder do Partido Conservador<sup>61</sup>. Ambos eram influentes na Província. Em 1845, Joaquim Marcelino recebia o título de Barão de Itapemirim e, ao longo de sua vida, foi nomeado oito vezes como Primeiro Vice-Presidente da Província do Espírito Santo pelo Imperador D. Pedro II. Já o Comendador João Nepomuceno também ocupou o cargo de Terceiro Vice-Presidente da Província, ocupando também o cargo de deputado provincial<sup>62</sup>.

Durante os preparativos para a visita, nos finais do ano de 1859, propagandas eram feitas contra o Barão de Itapemirim. O conselheiro João de Almeida Pereira, parente dos Gomes Bittencourt, foi um dos mais acirrados, acusando-o de traficante de escravos. O mesmo foi defendido pelo Jornal Correio de Vitória em 1859. Em 07 de fevereiro de 1860, o imperador chegou a Itapemirim e foi recebido no consistório da Matriz Nossa Senhora do Amparo pelo presidente da Câmara Capitão Francisco Gomes Bittencourt, filho do Comendador João Nepomuceno, e pelos vereadores Antônio Borges de Athayde, João da Silva Santos, Antônio Francisco de Oliveira Sobrinho, João Cardoso da Conceição e

---

<sup>60</sup> MORENO, 2016.

<sup>61</sup> MORENO, 2016.

<sup>62</sup> DAEMON, 2010.

Umbelino Gonçalves Viana<sup>63</sup>. Esta visita ressalta a importância de Itapemirim para a Província do Espírito Santo ao longo do século XIX.

Ao longo da segunda metade do século XIX, o açúcar, a aguardente e o café serão os principais produtos exportados pelo Porto da Barra de Itapemirim, de acordo com os Relatórios dos Presidentes da Província do Espírito Santo referente aos anos de 1851, 1857, 1861, 1862, 1863<sup>64</sup>.

Tudo isso gerou uma nova era de prosperidade para a Província, cujas rendas baseavam-se [...] na agricultura, registrando os primeiros superávits do período. As vilas canaveiras, entretanto, que não conseguiram substituir a produção tradicional, iniciaram um trajetória de franca decadência, como a Vila de Itapemirim (BITTENCOURT, 2002, p. 191).

A produção do café dinamizou a região sul do Espírito Santo. Segundo Brandão *et al*, “O crescimento da produção do açúcar, o café que já surge como uma rica opção e o comércio tiram à região do Itapemirim do secular abandono<sup>65</sup>”. A navegação a vapor pelo Rio Itapemirim tornou-se de extrema importância para o escoamento do café, sofrendo melhorias significativas, possibilitando a navegação por diversas regiões litorâneas, chegando até o Porto da Barra, em Itapemirim, onde as mercadorias eram encaminhadas até o porto do Rio de Janeiro, para serem exportadas<sup>66</sup>.

Apesar da decadência citada por Bittencourt, a Vila de Itapemirim continuou tendo sua importância, já que, a produção do café de Castelo, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, dentre outras regiões, era exportada para o Rio de Janeiro pelo Porto da Barra, localizado na foz do Rio Itapemirim, sendo este o porto mais importante da região sul. Nesse período, grandes navios a vapor ancoravam no porto da Barra em Itapemirim. As vias fluviais e ferroviárias desembarcavam toneladas de sacos de café que seguiam para outras regiões.

O porto marítimo mais importante do sul da costa era o de Itapemirim [...]. A importância do Porto [...] derivava de dois fatores fundamentais para o comércio da época: primeiro, a sua localização em uma região grande produtora de café; segundo, a proximidade do Rio de Janeiro. Deve-se observar que os exportadores remetiam o café para o Rio de Janeiro, de onde era embarcado para o exterior (HESS, FRANCO, 2005, p. 34).

---

<sup>63</sup> MORENO, 2016.

<sup>64</sup> Relatórios apresentados pelos Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Espírito Santo: 1852 – Bacharel José Bonifácio Nascentes D’Azambuja; 1858 – Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim; 1862 – José Fernandes da Costa Pereira Júnior; 1863 – Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos. Disponível em: <[http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>

<sup>65</sup> BRANDÃO *et al*, 1999, p. 14.

<sup>66</sup> BITTENCOURT, 1989.

Para o trabalho nessas fazendas era utilizada mão de obra escrava. Muitos escravos povoavam a população de Itapemirim no século XIX, conforme demonstrado nos dados a seguir: 1824: 2.332 livres e 1.148 escravos, total de 3480 habitantes; 1856: 4968 livres e 3454 escravos, total de 8.422 habitantes; 1872: 17.822 livres e 10.355 escravos, total de 28.177 habitantes<sup>67</sup>. Florentino destaca que, após acordo retificado entre Brasil e Inglaterra em 1831, houve um aumento considerável nos desembarques anuais de escravos no Rio de Janeiro até 1850<sup>68</sup>, sendo 40 mil africanos entre 1838-1839 e 50 mil africanos entre 1846-1850 desembarcando no porto carioca<sup>69</sup>. Campos vai observar que, neste período houve um aumento no número de cativos, uma vez que a ameaça do fim do tráfico levava os senhores de escravos a incrementarem suas escravarias. Além disso, a expansão cafeeira no sul fazia com que as fazendas necessitassem de quantidade maior mão de obra, incrementando assim as escravarias de Itapemirim<sup>70</sup>.

ANO	ITAPEMIRIM			ESPÍRITO SANTO		
	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
1824	2.332	1.148	3.480	23.317	13.184	36.501
1856	4.968	3.454	8.422	36.793	12.100	48.893
1872	17.822	10.355	28.177	59.478	22.659	82.137

Fonte: CAMPOS, 2011, *apud* (Ano de 1824) VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memoria statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828*. Transcrição do manuscrito original por Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978; (Ano de 1856) – Censo constante do Relatório apresentado pelo José Maurício Fernandes Pereira de Barros, no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 8; Censo de 1872.

Percebe-se por esta tabela que, havia uma quantidade significativa de escravos em Itapemirim ao longo do século XIX. Muitos destes passaram pelas águas batismais, levados por seus senhores ou tiveram seus nomes entre os registros de óbitos da Paróquia Nossa Senhora do Amparo. Ao longo dos anos de 1860-1870, foram registrados 770 batismos e 372 óbitos de escravos. A tabela a seguir pretende identificar a presença dos membros da elite de Itapemirim que estão nestes registros.

CARGO	PROPRIETÁRIO	Nº BATISMO	Nº ÓBITO
Major	ANTONIO DA SILVA PAVÔA	23	20
Comendador	VICTORINO JOAQUIM DA ROCHA	17	4
Tenente Coronel	JOÃO RODRIGUES BARBOSA	14	22
Capitão	JOAQUIM MARCELINO DA SILVA LIMA	14	2
Capitão	EDUARDO BELLO DE ARAÚJO	10	4

<sup>67</sup> CAMPOS, 2011, p.87, *apud* (Ano de 1824) VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memoria statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828*. Transcrição do manuscrito original por Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978; (Ano de 1856) – Censo constante do Relatório apresentado pelo José Maurício Fernandes Pereira de Barros, no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 8; Censo de 1872.

<sup>68</sup> Ano da promulgação da Lei Euzébio de Queirós.

<sup>69</sup> FLORENTINO, 2011.

<sup>70</sup> CAMPOS, 2011.

Capitão	JOSÉ ANTONIO RAINHA	9	---
Capitão	JOSÉ TAVARES DE BRUM E SILVA	9	9
Capitão	ANTONIO FERREIRA COUTINHO	8	---
Tenente	FRANCISCO MARTINS DE AZAMBUJA MEIRELLES	8	2
Comendador	JOÃO NEPOMUCENO GOMES BITTENCOURT	8	11
Tenente	JOSÉ GOMES PINHEIRO MEIRELLES	8	---
Capitão	DOMINGOS BELLO DE ARAÚJO	7	2
Major / Deputado	FRANCISCO GOMES BITTENCOURT	6	2
Tenente	LUIZ JOSÉ ALVES E SILVA	6	2
Capitão	ARCHANJO JOSE DE SOUZA	5	1
Capitão	FIRMINO BORGES DA SILVA	5	---
Capitão	HELIDORO GOMES DE AZAMBUJA MEIRELLES	5	3
Alferes	JOSÉ GONÇALVES VIANNA	5	1
Capitão	MANOEL GERMANO HENRIQUES	5	1
Deputado	JOSE MARCELINO DA SILVA LIMA	5	1
Alferes	ANTONIO BORGES DE ATHAYDE	5	---
Tenente	SERAFIM CAETANO DE MENEZES	4	---
Tenente Coronel	HELLIDORO GOMES PINHEIRO	3	3
Tenente	JOAQUIM ANTONIO DA FONSECA BAHIENSE	3	1
Tenente	JOAQUIM JOSÉ GOMES DA SILVA NETO	3	---
Alferes	JOSÉ MONTEIRO COUTINHO DE MELLO	3	---
Doutor	ANTONIO PINTO DA CUNHA	2	1
Tenente	JOÃO ZENOBIO DE ACCIOLE VASCONCELLOS	2	---
Doutor	JOAQUIM PIRES DE ALMEIDA	2	---
Capitão	JOSÉ BARBOSA DE LIMA	2	---
Doutor	LEOPOLDO A. DEOCLECIANO DE MELLO E CUNHA	2	---
Tenente	MANOEL DA CONCEIÇÃO SILVA	2	---
Capitão	PEDRO FERREIRA DA SILVA	2	---
Major	ANTONIO RODRIGUES DA CUNHA JUNIOR	1	---
Major	CAETANO DIAS DA SILVA	1	4
Capitão	CAETANO DIAS DA SILVA JUNIOR	1	1
Doutor	CARLOS AUGUSTO FERRAZ DE ABREU	1	---
Major	EDUARDO JOACHIM PEREIRA DE OLIVEIRA	1	---
Tenente	FRANCISCO DIAS DA SILVA PINHEIRO	1	1
Comendador	MARIANO RIBEIRO DA SILVA	1	---
Doutor	RUFINO RODRIGUES SAFRA	1	1
Vereador	FRANCISCO MACHADO XAVIER	7	3
Vereador	MANOEL DA ROCHA SOBRINHO	1	---
	JOSEPHA DE PINTO SOUTO BELLO	14	---
	BARONESA DE ITAPEMIRIM	3	7

FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1872), nº 2; LIVRO de Óbito da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1885), nº 2.

Pode-se perceber que, na sociedade de Itapemirim havia muitos proprietários de escravos e muitos destes levavam seus escravos a Pia Batismal, além de permitirem que os mesmos recebessem o último sacramento na hora de sua morte. Na tabela acima não há registros dos escravos do Barão de Itapemirim, isso porque o mesmo faleceu em 1860<sup>71</sup>, mas registra-se escravos da baronesa. Participar dos rituais católicos representava ao escravo sua inserção na sociedade. E havia leis que permitiam incentivavam o batismo dos escravos como as Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, que entrou em vigor em 1707<sup>72</sup>, onde o sacramento do batismo não dependia da aprovação e vontade dos senhores para ser realizado<sup>73</sup>.

<sup>71</sup> MORENO, 2016.

<sup>72</sup> CAMPOS, MERLO, 2005.

<sup>73</sup> FARIA, 1998.

Muitos nomes que aparecem na Tabela 2 ocuparam cargos de vereadores em Itapemirim, batizando e concedendo o registro de óbito aos escravos. São estes: Major Antônio da Silva Pavôa vereador entre 1841-44 – 23 batismo e 20 óbitos; Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, vereador em dois períodos: 1837-40 e 1849-52 – 8 batismo e 11 óbitos; seu filho, o Major Francisco Gomes Bittencourt, presidente da Câmara em 1860 – 6 batismos e 2 óbitos; Capitão Archanjo José de Souza, vereador entre 1833-36 – 5 batismos e 1 óbito; Alferes Antônio Borges de Athayde, vereador em 1860 – 5 batismos; Capitão José Barbosa de Lima, presidente da Câmara entre 1849-52 – 2 batismos; Francisco Machado Xavier, vereador entre 1837-40 – 7 batismos e 3 óbitos; e o vereador Manoel da Rocha Sobrinho – 1 batismo. Entre os nomes que ocupam cargos estaduais, encontra-se o Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, que ocupou os cargos de terceiro vice-presidente e deputado provincial e seu filho, o Major Francisco Gomes Bittencourt, que também ocupou este último cargo, já citados acima. Destacam-se também os filhos do Barão de Itapemirim, ambos deputados provinciais: o Capitão Joaquim Marcelino da Silva Lima – 14 batismos e 2 óbitos; e seu irmão, José Marcelino da Silva Lima – 5 batismos e 1 óbito.

Além do sacramento do batismo, a extrema-unção na hora da morte também estava presente nessas ligações sociais escravas. Porém, o sacramento na morte não era tão necessário aos escravos quanto o sacramento do batismo ou do casamento, que inseriam este escravo na sociedade católica. Assim, “os ritos fúnebres [...] não diziam respeito à estratégia de vida. A intromissão da Igreja Católica neste momento, nem sempre era bem-vinda” (FARIA, 1998, p. 305). Ou seja, como nem sempre acreditavam nos ritos católicos, sendo estes estratégias de sobrevivência, na hora da morte se apegavam as suas tradições religiosas trazidas da África por eles, ou por seus antepassados. Porém, a extrema-unção era função da Igreja, uma vez que, os escravos faziam parte da comunidade católica, sendo obrigação desta inserir estes escravos na mesma.

O que fica claro nos dados acima é a presença de uma elite com muitos escravos na sociedade itapemerinense. Os mesmos disputavam espaço político, desejando sobressair uns sobre os outros. Os conflitos entre os Gomes Bittencourt e o Barão de Itapemirim se tornaram lendários na sociedade, onde alguns acreditam que, a morte do Barão foi causada por uma forte depressão após a visita do Imperador, já que quem o recepcionou foi o Major Francisco Gomes Bittencourt, o



presidente da câmara no período e um dos desafetos do Barão. Não se pode comprovar tal fato, porém, a disputa de poder entre estas elites movimentava a sociedade itapemerinense, e também a sociedade capixaba, uma vez que estes ocupavam cargos de importância provincial, como mencionado anteriormente.

Nessa disputa de poder, a família do Barão de Itapemirim (Silva Lima) ocupou os cargos de primeiro vice-presidente da Província e deputado provincial, sendo o próprio Barão a ocupar estes cargos, além de seus filhos, Capitão Joaquim Marcelino e José Marcelino da Silva Lima, que foram deputados provinciais. Seu principal rival, o Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt ocupou os cargos de terceiro vice-presidente da província e deputado provincial, e seu filho Major Francisco Gomes Bittencourt também foi presidente provincial, levando para nível provincial as disputas regionais de Itapemirim, o que também revela a importância desta vila para a província capixaba no século XIX.

## **CONCLUSÃO**

As elites brasileiras, espelhando-se nas elites portuguesas, sempre buscaram privilégios junto aos seus senhores. Seja no período colonial ou imperial, os moradores do Brasil buscavam ascensão social através das mercês doadas pela Coroa. Conflitos entre as elites da terra brasileira, formada pelos primeiros colonizadores e entre comerciantes que estavam em crescimento econômico marcaram os primeiros séculos da colonização portuguesa no Brasil e em outros territórios do Império. As câmaras, instituições trazidas para o além-mar, copiadas da administração portuguesa, representavam estas elites.

A presença de elites se fez também no Espírito Santo, desde a chegada de Vasco Fernandes Coutinho, membro da fidalguia portuguesa, herói ultramarino. Junto com ele, outros fidalgos portugueses vieram colonizar o solo espírito-santense ao longo dos primeiros séculos. Apesar de ser vista pela historiografia local como uma colonização sem êxito, o Espírito Santo e suas elites foram se formando ao longo dos séculos, estabelecendo lavouras de cana, engenhos de açúcar e aguardente, além de produtos destinados ao abastecimento interno, movimento assim um comércio com outras capitanias, no período colonial e províncias, no período imperial.

Essas elites também se estabeleceram em Itapemirim, região sul do Espírito Santo, principalmente no século XIX, com o cultivo do café, que dinamizou a

economia capixaba. Assim, migraram fazendeiros cafeicultores para o sul capixaba, montando suas fazendas e se estabelecendo como elites locais. As elites itapemerinenses se destacam dentre as elites espírito-santenses. Fica claro que, as elites de Itapemirim não desfilavam apenas entre os limites desta vila. Os mesmos exerciam influencia na Província, revelando a importância de Itapemirim para o Espírito Santo no século XIX. Grandes proprietários de escravos estavam entre as elites capixabas, e muitos destes estavam em Itapemirim, revelando que o Espírito Santo não foi um fracasso administrativo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim-ES. Livro de Batismo de Escravos número 2, anos de 1859 à 1872.

ARQUIVO da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim-ES. Livro de Óbito de Escravos número 2, anos de 1859 à 1885.

RELATÓRIOS da Província do Espírito Santo nos anos de 1839; 1845; 1852; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1864; 1867 e 1868. Disponível em <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>.

BICALHO, M. F. B. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”, in: FRAGOSO, J. & GOUVÊA, M. F., *Na trama das redes. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.189-221.

BICALHO, M. F. B. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, M. F. B. Elites Coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia. In: MONTEIRO, N. G.; CARDIM, P. & CUNHA, M. S., *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005 (Estudos e Investigações n. 36). p. 73- 97.

BITTENCOURT, G. (org). *Espírito Santo: Um Painel da Nossa História*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esportes do Espírito Santo, 2002.

BITTENCOURT, G. *Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização. Do Engenho às Grandes Indústrias (1535 – 1980)*. Rio de Janeiro/

Vitória: Livraria Editora Cátedra em convenio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.

BITTENCOURT, G. *Noticias do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.

BRANDÃO, A. M. *et al. Itapemirim/ Marataízes. Resgate Histórico, Cultural e Econômico*. Cachoeiro de Itapemirim: S. E., 1999.

CAMPOS, A. P. A Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815. IN: FRAGOSO, J.. *et al. (org's.) Nas Rotas do Império: Eixos Mercantis, Tráfico e Relações Sociais no Mundo Português*. Vitória: EDUFES; Lisboa: II C T, 2006.

CAMPOS, A. P. Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi: Revista de História*, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.

CAMPOS, A. P. e MERLO, P. M. S. Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. *Topoi: Revista de História*, v. 6, n. 11, 2005, p. 327-361.

CARVALHO, E. F.. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

COSTA, J. P. O. “Vasco Fernandes Coutinho, construtor do Estado da Índia e do Brasil”, in: Idem, *D. João III e a formação do Brasil*. Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesas. 2004, p. 167-194.

CUNHA, M. S.; MONTEIRO, N. G. F. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, N. G.; CARDIM, P. & CUNHA, M. S., *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005 (Estudos e Investigações n. 36). p. 191-252.

DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DUTRA, T. B.. *Autoridades coloniais e o controle dos escravos: Capitania do Espírito Santo, 1781-1821*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

FARIA, S. C. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FILHO, A. J. F.; FILHO, P. A. O. Registros Eclesiásticos e Cartoriais, Fontes e Documentação: Possibilidades, Perspectivas e Desafios para as Pesquisas em

- Escravidão no Brasil – Triângulo Mineiro – MG. VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, UFPI, Teresina, Piauí,. 24 a 28/06/2012, p. 1-17.
- FLORENTINO, M., GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FLORENTINO, M. G. Sobre a lógica demográfica da “Plantation” no Brasil, 1789-1850. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. da. (Orgs.). *O sistema escravista lusobrasileiro e o cotidiano da escravidão*. Vitória, ES: GM, 2011, p. 45-73.
- FRAGOSO, J. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII), in: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. & GOUVÊA, M. F., *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 29-71.
- FRAGOSO, J. L. R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GOUVÊA, M. F. “Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730”. In: FRAGOSO, J. & GOUVÊA, M. F. *Na trama das redes. Política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 155-203.
- HESPANHA, A. M. “Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português”, in: FRAGOSO, J. & GOUVÊA, M. F., *Na trama das redes. Política e negócios no império português, seculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 43-114.
- HESS, R. R.; FRANCO, S. P. *A República e o Espírito Santo*. Vitória, ES: Multiplicidade, 2005.
- MACIEL, C. S. *Negros no Espírito Santo*. Vitória, Departamento de Cultura, Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1994
- MATTOS, H., “Colonização e escravidão no Brasil – memória e historiografia”, in: FRAGOSO, J. & GOUVÊA, M. F. *O Brasil colonial: vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 41-104.
- MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC: Brasília-DF: INL, 1987.
- MORENO, L. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.
- OLIVEIRA, J. T. *História do Espírito Santo*. Vitória-ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

RIBEIRO, L. C. M. Modos de Ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: BITTENCOURT, G., RIBEIRO, L. C. M. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história II*. Vitória-ES: Secult, 2012, p.171-200.

SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas,SP: Editora da Unicamp, 2011.